



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para o fornecimento/serviços de transporte terrestre coletivo, por meio de fretamento eventual de ônibus, com motorista, para atender as necessidades de deslocamento de estudantes do ensino superior residentes ou vinculados a instituições sediadas no município de Nova Friburgo para eventos educacionais, científicos e tecnológicos, em polos universitários das cidades do estado do Rio de Janeiro, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico
1.3	Fundamentação legal:	Lei nº 14.133/21, art.28 Inciso I c/c Art. 78 Inciso IV, via Sistema Registro de Preços (Art. 3º, inciso II, Decreto 11.462/23)
1.4	Período:	01 (um) ano
1.5	Tipo:	Menor Preço por item, nos termos da Lei nº. 14.133/2021

1.6 Aquisição/Serviço de transporte terrestre coletivo, por meio de fretamento eventual de ônibus, com motorista, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSER V	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte terrestre coletivo, por meio de fretamento eventual de ônibus, com motorista, para o deslocamento de estudantes do Ensino Superior residentes ou vinculados a instituições sediadas no município de Nova Friburgo para eventos educacionais, científicos e tecnológicos em cidades do estado do Rio de Janeiro.	15849	KM	6.210 / ano

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8 A **ata de registro de preços** terá vigência de **01 (um) ano, contado da sua publicação**, podendo ser prorrogado, por igual período, conforme interesse da Administração Pública, nos termos da legislação vigente (art. 84 da lei nº 14133/2021).

1.9 Trata-se de serviço de natureza não contínuo ou contratado por escopo, ou seja, impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, à luz do art. 6º inciso XVII, da lei nº 14.133/2021.

1.10 Trata-se de Serviço/aquisição de bem comum, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. Identificação da Demanda

A presente contratação tem por finalidade a prestação de serviço de transporte terrestre coletivo, por meio de fretamento eventual de ônibus com motorista, para deslocamento de estudantes do Ensino Superior, residentes ou vinculados a instituições sediadas no município de Nova Friburgo, com destino a eventos educacionais, científicos e tecnológicos realizados em cidades do estado do Rio de Janeiro.

2.2. Descrição da Necessidade

A iniciativa visa atender à crescente demanda por apoio logístico e institucional para que estudantes do Ensino Superior possam participar de eventos acadêmicos, congressos, feiras científicas e outras atividades extracurriculares que complementam sua formação e favorecem a inserção no meio científico, tecnológico e profissional.

Essas atividades são essenciais para:

- Estimular a produção de conhecimento e inovação;
- Promover o protagonismo estudantil;
- Garantir igualdade de oportunidades no acesso à formação complementar;
- Fortalecer o vínculo dos estudantes com o território e com a política educacional municipal.

2.3. Justificativa

A participação em eventos como congressos, seminários, feiras de inovação e oficinas universitárias (em universidades de municípios vizinhos a Nova Friburgo, tais como Cantagalo, Petrópolis, Teresópolis, Rio de Janeiro, entre outras do estado) é fundamental para o desenvolvimento complementar dos estudantes, fortalecendo sua formação acadêmica e ampliando seu contato com o ambiente científico, cultural e profissional. Tais atividades contribuem significativamente para:

- Estímulo à permanência estudantil e à formação de redes de conhecimento;
- Aproximação com o mercado de trabalho e novas tecnologias;
- Internacionalização e acesso a bolsas, intercâmbios e programas de pós-graduação;
- Representatividade do município em espaços de ciência e inovação.

Dado o fato de muitos desses eventos ocorrerem em outras cidades do estado, notadamente na capital, a viabilização logística por meio de transporte fretado mostra-se necessária e estratégica para garantir o acesso igualitário a essas oportunidades.

2.4. Resultados Pretendidos

Com a execução da contratação, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- Garantir a participação dos estudantes em eventos relevantes para sua formação acadêmica e profissional;
- Assegurar transporte coletivo adequado às normas de segurança, conforto e acessibilidade;
- Promover a equidade no acesso às oportunidades acadêmicas extracurriculares;
- Reduzir custos operacionais e administrativos em comparação com modelos menos eficazes (como o uso da frota própria ou concessão de ajuda financeira individual);
- Cumprir princípios da economicidade, eficiência e isonomia na utilização dos recursos públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A presente contratação se faz necessária para garantir o acesso e a participação dos estudantes do Ensino Superior vinculados ao município de Nova Friburgo em eventos que promovem o desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico (em universidades de municípios vizinhos a Nova Friburgo, tais como Cantagalo, Petrópolis, Teresópolis, Rio de Janeiro, entre outras do estado). A oferta de transporte adequado contribui diretamente para a formação profissional dos estudantes, ampliando suas experiências educacionais além do ambiente acadêmico tradicional.

3.2 Os serviços de transporte terrestre coletivo devem se dar de acordo com as seguintes especificações:

- Modalidade: Fretamento eventual
- Veículo: Ônibus com capacidade mínima para 40 passageiros
- Motorista incluso
- Veículos com ar-condicionado, poltronas reclináveis, banheiro, cinto de segurança e em perfeito estado de conservação
- Transporte de ida e volta, conforme itinerário definido previamente
- Saída e retorno a partir do município de Nova Friburgo
- Atendimento a diversos destinos no estado do Rio de Janeiro
- Prestação de serviço mediante solicitação formal com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis

3.2.1. O serviço de transporte coletivo de passageiros destina-se a estudantes regularmente

matriculados em cursos de Ensino Superior e residentes ou vinculados a instituições de ensino conveniadas através do programa de estágio do município de Nova Friburgo, coordenado por esta Subsecretaria de Ensino Técnico, profissionalizante e superior

3.2.2. A vigência do contrato será de 01 (um) ano, **contado a partir da publicação do extrato contratual**, podendo ser prorrogado por igual período conforme interesse da Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

3.3 Analisando as alternativas disponíveis e que atendam à necessidade da área requisitante, considerando a viabilidade técnica e econômica, os benefícios e ponderando-se os encargos e a eficiência de cada uma das soluções, bem como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções apresentadas, **conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte terrestre coletivo, por meio de fretamento eventual de ônibus, com motorista, para o deslocamento de estudantes do Ensino Superior residentes ou vinculados a instituições sediadas no município de Nova Friburgo para eventos educacionais, científicos e tecnológicos em cidades do estado do Rio de Janeiro, afigura-se ideal para atender à demanda do CEVEST.**

3.4 A solução indicada pela equipe de planejamento da contratação é a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte terrestre coletivo, por meio de fretamento eventual de ônibus, com motorista, para o deslocamento de estudantes do Ensino Superior residentes ou vinculados a instituições sediadas no município de Nova Friburgo para eventos educacionais, científicos e tecnológicos em cidades do estado do Rio de Janeiro, na modalidade Licitação, na forma Pregão Eletrônico, do tipo Menor preço.** Como procedimento auxiliar indica-se o sistema de Registro de preços (artigo 3º, inciso II do Decreto nº 11.462/2023), levando-se em consideração que estamos trabalhando com um quantitativo estimado de viagens a serem atendidos, que ao longo de um ano podem ser alterados por situações imprevisíveis. Assim, por não se tratar de um quantitativo fixo e imutável entendemos que a **referida contratação, via registros de preços** é a melhor opção para evitar desperdícios e primar pela economicidade dos recursos públicos, atendendo da melhor forma a demanda desta Secretaria, promovendo a qualidade dos serviços públicos e contribuindo para o desenvolvimento da educação superior.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. O serviço de transporte coletivo de passageiros destina-se a estudantes regularmente matriculados em cursos de ensino superior e residentes ou vinculados a instituições de ensino conveniadas através do programa de estágio do município de Nova Friburgo, coordenado por esta Subsecretaria de Ensino técnico, profissionalizante e superior

4.2. Qualquer instituição de ensino superior interessada pode se conveniar no programa de estágio curricular obrigatório, conforme edital nº 001/2025 de chamamento público para credenciamento, publicado no diário oficial do município em 21/01/2025.

4.3. A Contratada deverá prestar serviços de transporte terrestre coletivo de acordo com as seguintes especificações:



- 4.3.1. Modalidade: Fretamento eventual;
- 4.3.2. Veículo: Ônibus com capacidade mínima para 40 passageiros;
- 4.3.3. Motorista incluso;
- 4.3.4. Veículos com ar-condicionado, poltronas reclináveis, banheiro, cinto de segurança e em perfeito estado de conservação, limpos e higienizados
- 4.3.5. Transporte de ida e volta, conforme itinerário definido previamente
- 4.3.6. Saída e retorno a partir do município de Nova Friburgo
- 4.3.7. Atendimento a diversos destinos no estado do Rio de Janeiro
- 4.3.8. Prestação de serviço mediante solicitação formal com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis
- 4.3.9. Manter o veículo em perfeitas condições de uso, conforto e higiene. Caso o veículo a ser utilizado não esteja adequado ao transporte, a empresa deverá providenciar a troca.

4.4. Caso o número de estudantes inscritos exceda a quantidade de vagas disponíveis no transporte, será aplicada a seguinte ordem de prioridade para a seleção dos participantes:

1. Ordem cronológica de inscrição (data e hora).
2. Estudantes de cursos ou áreas **diretamente relacionados ao tema do evento**;
3. Estudantes que **ainda não participaram de viagens anteriores** custeadas ou organizadas pela instituição;
4. Estudantes com **melhor desempenho acadêmico** (média geral ou histórico escolar);

Observação: Em caso de permanecer empate o critério de desempate será sorteio público

4.5. A vigência do contrato será de **01 (um) ano**, contado a partir **da publicação do extrato contratual**, podendo ser prorrogado por igual período conforme interesse da Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

4.6. A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

- 4.6.1. Comprovar registro junto aos órgãos reguladores de transporte (Ex: ANTT, DETRO)



- 4.6.2. Possuir frota própria ou locada em quantidade e qualidade compatíveis com a demanda
- 4.6.3. Manter seguro dos veículos e seguro de passageiros vigente durante toda a vigência contratual
- 4.6.4. Apresentar certidões negativas de débitos fiscais e trabalhistas
- 4.6.5. Disponibilizar canal de comunicação para emergências durante as viagens
- 4.6.6. Disponibilizar motorista devidamente habilitado e com experiência comprovada
- 4.6.7. Garantir a pontualidade nos horários previamente acordados
- 4.6.8. Assegurar que os veículos estejam limpos, abastecidos e em perfeitas condições de uso
- 4.6.9. Substituir imediatamente o veículo ou motorista, em caso de necessidade ou solicitação da contratante
- 4.6.10. Estar legalmente constituída como pessoa jurídica, com objeto social compatível com o serviço de transporte coletivo de passageiros por fretamento.
- 4.6.11. Apresentar **atestado(s) de capacidade técnica** fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando experiência prévia na execução de serviços semelhantes em natureza e vulto.
- 4.6.12. Comprovar a existência de **estrutura operacional** compatível com a demanda, incluindo frota e equipe técnica.

4.7. Todos os motoristas devem possuir:

- 4.7.1. Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria **D** ou superior, com registro de atividade remunerada (EAR).
- 4.7.2. Curso de Transporte Coletivo de Passageiros válido, conforme exigido pelo CONTRAN/DETRAN.
- 4.7.3. Experiência mínima comprovada de **2 (dois) anos** na condução de veículos de transporte coletivo de passageiros, **através de declaração de prestação de serviços emitida por empresas de transporte de passageiros ou mediante comprovação através da carteira de trabalho.**



- 4.7.4. Certidão negativa de antecedentes criminais atualizada.
- 4.7.5. A comprovação das exigências elencadas nesse item deverá ocorrer em até 02 (dois) dias úteis anteriores a viagem, mediante solicitação do gestor ou fiscal do contrato, uma vez que pode haver rotatividade de motoristas nas empresas.

4.8. A empresa deverá disponibilizar veículos que atendam às seguintes condições mínimas:

- 4.8.1. Ônibus com capacidade mínima de 40 passageiros sentados.
- 4.8.2. Veículos equipados com:
 - 4.8.2.1. Ar-condicionado em funcionamento;
 - 4.8.2.2. Poltronas reclináveis e com cinto de segurança individual;
 - 4.8.2.3. Banheiro químico;
 - 4.8.2.4. Sistema de som e iluminação interna adequada;
 - 4.8.2.5. Compartimento para bagagens.
 - 4.8.2.6. Veículos limpos e higienizados.
- 4.8.3. Veículos com idade máxima de **10 anos de fabricação**.
- 4.8.4. Apresentação de comprovante de **licenciamento anual e vistoria veicular atualizada** emitida por órgão competente.
- 4.8.5. Comprovação de **seguro obrigatório** (DPVAT ou equivalente) e **seguro de responsabilidade civil para passageiros**, com cobertura compatível com os riscos da atividade.
- 4.8.6. A comprovação das exigências elencadas nesse item deverá ocorrer em até 02 (dois) dias úteis anteriores a viagem, mediante solicitação do gestor ou fiscal do contrato e apresentação da documentação do veículo, uma vez que pode haver rotatividade de ônibus que serão utilizados na prestação do serviço.

4.9. Comprovar registro e autorização para fretamento eventual emitidos pelos órgãos reguladores competentes, tais como:

- **ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres)**, se houver deslocamentos interestaduais;



- **DETRO-RJ (Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro)** para atuação no território estadual;
- Licença Municipal, se exigido pela legislação local.

4.9.1. A comprovação das exigências elencadas nesse item deverá ocorrer em momento anterior à homologação e contratação, considerando que, caso o vencedor não cumpra/comprove as exigências, não será possível retornar à fase de apresentação de propostas e lances.

4.10. Manter toda a documentação exigida em vigor durante toda a vigência do contrato.

4.11. Comprometer-se a cumprir rigorosamente a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança no trabalho.

4.12. Declarar formalmente que **não utiliza trabalho infantil ou análogo ao escravo**, direta ou indiretamente.

4.13. Assinar **Termo de Compromisso com boas práticas ambientais**, sempre que aplicável.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 O prazo de entrega/execução é de imediato, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de fornecimento ou documento equivalente.

5.2 Caso não seja possível a realização do serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. A execução do objeto ocorrerá sob o regime de **fretamento eventual com execução por demanda**, em conformidade com as necessidades da Administração e mediante solicitação formal prévia. O serviço será prestado por empresa especializada, com fornecimento de ônibus adequado e motorista habilitado, conforme os critérios técnicos e operacionais definidos neste Termo de Referência.

5.4. Solicitação do Serviço

- A cada demanda de deslocamento, a Administração enviará à contratada um **Pedido de Viagem** com, no mínimo, **5 (cinco) dias úteis de antecedência**.
- O pedido conterá:
 - Data e horário da viagem (ida e volta);
 - Local de embarque e destino;
 - Número aproximado de passageiros;



- Tempo estimado de permanência no destino;
- Informações sobre pontos de parada, se houver.

5.5. Prestação do Serviço

- A contratada deverá disponibilizar **ônibus com motorista**, conforme as características mínimas exigidas:
 - Capacidade compatível com o número de passageiros;
 - Veículo limpo, conservado, com ar-condicionado e cinto de segurança;
 - Motorista devidamente habilitado (categoria D ou E), com experiência comprovada;
 - Seguro obrigatório vigente e documentação do veículo regularizada.
- O veículo deverá comparecer ao local de embarque com **antecedência mínima de 30 minutos** do horário agendado.

5.6. Execução por Demanda

- O serviço será prestado **sob demanda**, com pagamento por viagem realizada ou por quilômetro rodado, conforme o modelo contratado.
- A contratada **não terá direito a qualquer remuneração** por períodos em que não houver solicitação de viagem.
- O quantitativo de viagens informado neste documento é **estimado**, podendo variar conforme a disponibilidade orçamentária e a demanda efetiva.

5.7. Registro e Controle

- Após a realização de cada viagem, a contratada deverá apresentar à fiscalização:
 - **Relatório de execução da viagem**, com itinerário, horários e lista de passageiros;
 - **Comprovante de prestação do serviço**, assinado por servidor responsável ou autoridade designada.

5.8. Fiscalização

- A fiscalização do contrato será exercida por servidor ou comissão designada formalmente, que acompanhará:
 - Cumprimento do itinerário e horários;
 - Condições do veículo e conduta do motorista;



- Regularidade documental e ambiental;
- Conformidade com as normas de segurança e acessibilidade.
- A fiscalização poderá rejeitar a prestação do serviço que não atender às condições estipuladas, registrando em ata e notificando a contratada.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.3 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.4 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.5 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.6 Toda comunicação entre a Administração e a contratada deverá ser formalizada por meio eletrônico (e-mail institucional) ou outro meio oficial definido no contrato, com registro de envio e recebimento.

6.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.12 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

6.17. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de: Município de Nova Friburgo, CNPJ: 28.606.630.0001-23, ENDEREÇO: Avenida Alberto Braune, nº 225 - Centro - Nova Friburgo CEP: 28613-001.

7.2 Todos as viagens deverão ter como ponto de partida à sede da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico, situada à Avenida Alberto Braune, nº 223 (Antiga Rodoviária Leopoldina). .

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.3.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, c/c Art. 78 Inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, via Sistema Registro de Preços (Art. 3º, inciso II, Decreto 11.462/23).

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica:

a – Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.2.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.2.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

8.12.2.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou órgãos de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado,

no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.14.8 - Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

8.14.9 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.14.10 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.14.11 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

8.14.12 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.14.13 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.12.4 Qualificação técnica.

8.12.4.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.12.4.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.12.4.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.12.4.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.12.4.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.12.4.4 - Apresentar atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando experiência prévia na execução de serviços semelhantes em natureza e vulto.

8.12.4.5 - Comprovar a existência de estrutura operacional compatível com a demanda, incluindo frota e equipe técnica.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;



- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- n) Disponibilizar motorista devidamente habilitado e com experiência comprovada
- o) Garantir a pontualidade nos horários previamente acordados
- p) Assegurar que os veículos estejam limpos, abastecidos e em perfeitas condições de uso
- q) Substituir imediatamente o veículo ou motorista, em caso de necessidade ou solicitação da contratante

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, sendo aplicadas isoladas. Apenas a sanção de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais.

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 88.492,50 (oitenta e oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico	56001.1957301122.324	172000000019	3.3.90.39.74

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.



13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico.

Nova Friburgo/RJ, 04 de Setembro de 2025.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Felippe de Jesus Schenquel Subsecretário Municipal de Educação Profissionalizante e Superior Mat. 063173	<hr/> Valdete Lisboa Borge Assessor de Nível Intermediário Centro de Formação Mat. 107441

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O**
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

Walter José Fernandes de Oliveira
Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia,
Inovação e Desenvolvimento Econômico
Matr.: 063474